

CÍRCULOS DE INTELLECTUAIS E EXPERIÊNCIA SOCIAL (*)

Heloísa Pontes

A história da cultura moderna, como mostra Raymond Williams, é impensável sem a análise comparativa dos grupos de intelectuais, artistas e escritores, que contribuíram para a sua formulação e atualização. O trabalho analítico envolvido nessa direção pressupõe, segundo o sociólogo inglês, uma série de problemas metodológicos que podem, grosso modo, ser resumidos em duas ordens de questões. Por serem compostos por um número relativamente pequeno de membros, não é possível analisá-los com um instrumental estatístico. Por outro lado, os princípios e os valores que unem seus integrantes não são codificados institucionalmente. Eles estão ancorados num corpo de práticas e de representações e, simultaneamente, na "estrutura de sentimentos" e no "ethos" do grupo (Williams, 1982, p. 148).

Levando a sério a frase que um dos membros do renomado grupo inglês, o "Bloomsbury group", utilizou para caracterizá-lo - "we were and always remained primarily and fundamentally a group of friends" -, (1) Williams mostra que a análise desse agrupamento num registro sociológico deve ser capaz de responder a duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, quais são as idéias, as atividades e os valores partilhados que asseguraram essa amizade proclamada e, ao mesmo tempo, contribuíram para a formação do grupo e para a sua distinção em relação a outros grupos culturais? Em segundo lugar, no que essa amizade é indicativa ou reveladora de fatores sociais e culturais mais amplos? Para tanto, é preciso considerar não apenas as atividades, os princípios e os valores manifestos de seus membros, mas também as suas posições sociais e idéias implícitas.

O ponto central e decisivo da análise, para Raymond Williams, reside em ver o significado do "Bloomsbury group" - e de todo e qualquer agrupamento desse tipo - para além da autodefinição de seus membros. Sendo inegavelmente "um grupo de amigos", ele é também e a um só tempo um grupo cultural e social. Apreendê-lo como tal, exige o entrelaçamento de uma dupla perspectiva. De um lado, o resgate dos termos com que seus integrantes se viam e queriam ser apresentados e, de outro, a análise desses termos a partir de seus significados sociais e culturais mais gerais.

"Bloomsbury", mais do que um grupo de amigos como eles gostavam de se ver, representava, segundo Williams, uma fração efetiva das classes altas inglesas, empenhada em sustentar os valores clássicos da burguesia iluminista.

It was against cant, superstition, hypocrisy, pretension and public show. It was also against ignorance, poverty, sexual and racial discrimination, militarism and imperialism. But it was against all these things in a specific moment of the development of liberal thought. What it appealed to, against all these evils, was not any alternative idea of a whole society. Instead it appealed to the supreme value of the civilized *individual*, whose pluralization, as more and more civilized individuals, was itself the only acceptable social direction (Williams, 1982, p. 165).

Do ponto de vista analítico, o que importa, para Williams, são as relações concretas do grupo com a totalidade do sistema social e não apenas as suas idéias abstratas. Para tomar mais claro esse partido teórico, o autor empreende uma instigante comparação entre o "Bloomsbury group" e o círculo do escritor Godwin, que se constituiu na Inglaterra em 1780. Integrado por profissionais relativamente pobres (entre eles, a feminista Mary Wollstonecraft), formava uma "intelligentsia" de extração pequeno-burguesa, voltada para a defesa da racionalidade, da tolerância, da liberdade e da igualdade, inclusive no plano das relações entre os sexos. As idéias e os valores compartilhados por seus membros, as representações e autodefinições que construíram sobre o grupo, assim como as formas de sociabilidade que

praticavam, apresentam uma forte semelhança com o "Bloomsbury group". Mas, diferentemente do último, oriundo de uma fração bem delimitada das classes altas inglesas, Godwin e seu círculo de amigos provinham da pequena burguesia comercial que, na época, surgia como um setor emergente de uma classe ainda relativamente subordinada. Por essa razão, o significado que ambos os grupos atribuíam à questão da "consciência social" também era distinto.

A procura sistemática por reformas no nível das classes dirigentes, aliada ao trabalho de educação e conscientização que os membros do "Bloomsbury group" fizeram, nos primeiros decênios deste século, junto aos setores desprivilegiados da sociedade inglesa, não foram suficientes, como mostra Williams, para romper com o sentimento de classe do grupo. Um persistente e nítido senso de fronteira entre as classes convivia com um sentimento muito forte de simpatia pelas classes baixas, vistas antes de tudo como vítimas do sistema.(2)

As considerações metodológicas de Raymond Williams e o partido teórico que ele assumiu para examinar o "Bloomsbury group" são particularmente sugestivos para a análise do perfil social e da experiência cultural de um importante círculo de intelectuais brasileiros: o "grupo Clima". Formado no início de 1939 por jovens estudantes universitários, ele integrava rapazes e moças unidos por fortes laços de amizade e por uma intensa sociabilidade em comum. Desse círculo, fizeram parte Antonio Candido (1918), Décio de Almeida Prado (1917), Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977), Lourival Gomes Machado (1917-1967), Ruy Gaivão de Andrada Coelho (1920-1990), Gilda de Mello e Souza (1919), entre outros. Juntos lançaram-se no sistema cultural paulista por meio de uma modalidade específica de trabalho intelectual: a crítica aplicada ao teatro, cinema, literatura e artes plásticas.

Amizade, sociabilidade e trabalho intelectual

A formação do "grupo Clima" remonta ao final dos anos 30, ao espaço da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e a um de seus cursos mais concorridos na época, o do professor de filosofia Jean Maügué (1904-1990).(3) Foi no decorrer de suas aulas, segundo Gilda de Mello e Souza,

que nasceu espontaneamente o nosso grupo, fruto de um conjunto de afinidades e circunstâncias. Em primeiro lugar, éramos todos discípulos de Maügué; em seguida, tínhamos todos mais pendor literário que filosófico; em terceiro lugar - e descontados os matizes mais variados - éramos todos esquerdizantes; e por último, *tínhamos origens sociais equivalentes*. Parafraseando Paulo Emílio e o seu talento de cunhar fórmulas, pertencíamos àquele setor da burguesia, formado por profissionais liberais, altos funcionários, fazendeiros e industriais médios... *Essas injunções nos davam um ar de família, um viés definido de enxergar o real* (Mello e Souza, 1984, p. 138, grifos meus).

De forma precisa, Gilda circunscreve algumas das razões centrais que propiciaram e alimentaram "o convívio geral, intenso, quase diário", (4) entre 1939 e 1944, de seu grupo de juventude. As afinidades que os uniram, decorrentes de suas origens sociais semelhantes, da vivência parecida que tiveram na infância e na adolescência, do tipo de formação cultural que receberam de suas famílias e das escolas que frequentaram, foram reforçadas e sedimentadas ao longo do período em que cursaram a Faculdade de Filosofia. Para muitos deles, essa instituição representou bem mais do que um espaço de profissionalização. Foi antes de tudo, o centro irradiador que conformou o universo de sociabilidade do grupo. Ali construíram as relações pessoais, intelectuais, afetivas e, em alguns casos, amorosas, que marcariam para sempre as suas vidas. Segundo Décio de Almeida Prado, por exemplo, a Faculdade lhe "deu tudo, ou quase tudo: mulher, amigos, ganha-pão, interesses intelectuais, métodos de pensar".(5)

Se a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo foi o centro de sociabilidade inicial do "grupo Clima", a Universidade de Cambridge, como mostra Williams (1982), fez o mesmo na conformação do "Bloomsbury group". Tanto lá como aqui, a questão da consciência social e a atuação que tiveram nesse domínio foram marcadas por uma visão elitista, ainda que simpática, em relação às camadas menos favorecidas da sociedade.

Aqui como lá, as mulheres, apesar de numerosas e inteligentes, ocuparam uma posição secundária e foram relativamente excluídas ou se auto-excluíram (o que dá no mesmo, pois representa a forma cabal de internalização psicológica de uma exclusão social) dos espaços mais amplos de produção intelectual e cultural, marcadamente masculinos, da época. A flagrante exceção da escritora Virgínia Woolf (no caso do "Bloomsbury group") e de Gilda de Mello e Souza (a única mulher do "grupo Clima" que conquistou nome próprio, em razão de sua trajetória acadêmica e dos trabalhos que produziu nas áreas de sociologia e estética) apenas confirma a assimetria das relações de gênero no interior desses círculos.

Semelhantes também são as razões mais amplas, de ordem social e cultural, que uniram os participantes desses dois grupos. Ambos foram constituídos e se mantiveram, acima de tudo, como círculos de amigos. Entrelaçando amizade com trabalho intelectual imprimiram marcas indeléveis na cena cultural de seus respectivos países de origem.

Como produtos do novo sistema de produção intelectual implantado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, por intermédio dos professores estrangeiros (franceses, em particular), Antonio Candido e seus amigos mais próximos do "grupo Clima" renovaram a tradição ensaística brasileira. Como críticos "puros", romperam com a concepção de trabalho e com o padrão de carreira da geração anterior (que tinha um pé na literatura e outro na doutrina política). Como intelectuais, diferenciaram-se dos modernistas e dos cientistas sociais com os quais conviveram na Universidade de São Paulo.

Situados entre os literatos, os modernistas, os jornalistas polígrafos e os cientistas sociais, eles construíram seu espaço de atuação por meio da crítica, exercida em moldes ensaísticos, mas pautada por preocupações e critérios acadêmicos de avaliação. Como críticos, inseriram-se na grande imprensa, nos projetos editoriais, nos empreendimentos culturais mais amplos da cidade de São Paulo. Como intelectuais acadêmicos, profissionalizaram-se na Universidade de São Paulo e formularam um dos mais bem sucedidos projetos de análise da cultura brasileira.

O fato de atuarem ao mesmo tempo como críticos de cultura, acadêmicos e professores universitários, sinaliza o alcance das transformações que estavam ocorrendo ao longo dos decênios de 40 e 50 no sistema cultural paulista, decorrentes em larga medida da introdução de novas maneiras de conceber e praticar o trabalho intelectual. Nesse contexto, fizeram a "ponte" entre a Faculdade de Filosofia e as instâncias mais amplas de produção e difusão cultural da cidade.

Reconhecidos como grandes expressões da intelectualidade brasileira, eles têm sido estudados nos últimos anos à luz da perspectiva analítica desenvolvida pela história das idéias. A referência à revista Clima que editaram no início dos anos 40 e ao grupo a que pertenceram nesse período, embora mencionada nesses estudos, ocupa quase sempre uma posição periférica em relação à análise interna das obras, dos conceitos utilizados e dos achados analíticos encontrados.

Partindo do pressuposto de que idéias e obras estão ancoradas em processos sociais concretos e contextos intelectuais precisos, procurei analisar o círculo de juventude desses autores, a partir da recuperação da experiência cultural, social, intelectual, política e institucional de seus membros.⁽⁶⁾ A perspectiva analítica utilizada se insere, então, no campo de estudos da sociologia da cultura e da história intelectual.

História intelectual e cultural: problemas e perspectivas

Necessariamente multidisciplinar, tal campo de estudos apresenta contornos diversos em função dos acentos teóricos e metodológicos próprios das disciplinas que o integram. "História intelectual e cultural", "história das idéias", "sociologia da cultura é da vida intelectual", "história das mentalidades"; "etnografia do pensamento e da ciência", tais são algumas das denominações utilizadas por seus atualizadores para circunscrevê-lo. Menos que uma imprecisão conceitual, diferentes maneiras de determinar os seus objetos, objetivos, metodologias e ferramentas intelectuais.

Essa multiplicidade de denominações expressa uma série de problemas substantivos. Cada historiografia nacional possui seu próprio entendimento a respeito do que seja história intelectual - o que as toma particularmente difíceis de serem "traduzidas" de um país para outro. A essas tradições nacionais sobrepõem-se clivagens de ordem política, maneiras distintas de definir o núcleo central da atividade cultural, abordagens diversas em função da especificidade do objeto analisado (ciência, arte, literatura etc.).

A abrangência da história intelectual e cultural pode ser dimensionada, por exemplo, pela definição apresentada por Robert Darnton. A seu ver, ela inclui "a história das idéias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, dos climas de opinião, dos movimentos literários), a história social das idéias (o estudo da ideologia e da difusão das idéias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo visões de mundo e *mentalités* coletivas)" (Darnton, 1990, p. 188).

Nesse sentido, a história intelectual apresenta contornos tão amplos quanto os da história social e econômica. Essa é uma outra maneira de dizer que a produção das idéias, ao propor desafios múltiplos do ponto de vista teórico-metodológico, é analisada de maneiras distintas em função das filiações teóricas dos estudiosos e das tradições intelectuais mais amplas em que se situam. (8)

Se o objeto da história intelectual e cultural não se encontra determinado *a priori* - supondo por parte daqueles que se dedicam a essa modalidade de análise, o trabalho de construí-lo conceitualmente - podemos, no entanto, a título de sistematização precária, afirmar que duas são as posturas que recortam esta área: "internalista" e "externalista". (9)

A primeira é herdeira das contribuições teóricas fornecidas pela lingüística estrutural, pela semiologia e pelos debates travados no campo da história da arte. Visa principalmente uma análise interna das obras e dos produtos culturais, os quais têm sua inteligibilidade assegurada no sistema interno de sua produção. É nessa perspectiva, por exemplo, que Claude Lévi-Strauss encaminha a análise sobre os mitos sul-americanos, com o propósito de construir uma sintaxe dessa mitologia. Segundo o antropólogo,

nous ne prétendons pas montrer comment les hommes pensent dares les mythes, mais *comment les mythes se pensent dans la hommes et à leur insu* (Lévi-Strauss, 1964, p. 20, grifos meus).

Isto significa que no lugar de procurar a explicação para os mitos nos contextos etnográficos particulares em que são produzidos, Lévi-Strauss busca recuperar uma espécie de "diálogo" interno entre eles.

Guardadas as devidas proporções, encontramos similaridades entre a perspectiva de Lévi-Strauss (e de todos os que exercitam a metodologia estruturalista no âmbito da análise da produção cultural) e as formulações de certos estudiosos da história da arte, qualificados como fornialistas. Segundo Wolfflin, "todos os quadros devem mais a outros quadros do que à observação direta" (apud Ginzburg, 1989, p. 86). O que é uma outra maneira de afirmar, como mostra Carlo Ginzburg, que "as várias manifestações artísticas não são expressões sem relações entre si, mas anéis de uma tradição" (Ginzburg, 1989, p. 86).

A idéia de que a representação da realidade, no plano pictórico, supõe a intervenção de uma tradição e de um esquema ("essa conjectura inicial destinada a ser continuamente corrigida e modificada", (Ginzburg, 1989, p. 84]), traz ainda duas implicações do ponto de vista analítico. Em primeiro lugar, a pressuposição, formulada por Gombrich, de que "o artista pode copiar a realidade referindo-se unicamente a outros quadros". Em segundo, a certeza de que

a leitura de uma imagem nunca é óbvia, na medida em que o observador se depara sempre com uma mensagem ambígua (...) E a ambigüidade é a chave de todo o problema da leitura da imagem. (apud Ginzburg, 1989, p. 84).

Essas formulações encontram eco nas análises de tipo internalista dedicadas ao exame da produção intelectual em sentido estrito. Isso porque a ambigüidade e a multiplicidade de sentidos são também a chave de todo o problema da leitura das obras. Aliada a essa pressuposição, a idéia de que as obras, os textos e os sistemas intelectuais - assim como os mitos e os quadros - também estabelecem um "diálogo" entre si. Recuperar esse diálogo, por meio de uma análise que busca reconstruir a lógica da composição interna das obras, é simultaneamente o grande desafio e a maior contribuição da postura "internalista".

Para a postura "extemalista", ao contrário, a produção cultural e intelectual - configurada no plano das idéias e das obras - explica-se não apenas por razões internas, mas sobretudo externas. Seu foco analítico é deliberadamente posto nas condições sociais de produção das obras e não na forma e nos seus conteúdos substantivos. Essa perspectiva pretende dar conta tanto do perfil sociológico dos produtores de bens culturais, intelectuais e simbólicos, de suas representações, ideologias e práticas sociais, quanto do campo particular em que estão inseridos.(10)

Clifford Geertz, Carl Schorske, Norbert Elias, Wolf Lepenies, Fritz Ringer, Raymond Williams e Pierre Bourdieu são alguns dos nomes mais expressivos dessa vertente. Uma exposição mais pormenorizada das obras desses autores nos ajudará a entender melhor os objetivos da perspectiva "externalista".

Sociologia da vida intelectual: desafios e contribuições

Apesar de não ser um especialista na área, Geertz é autor do instigante ensaio, "The way we think now: toward are ethnography of modern thought", de ampla repercussão entre os antropólogos e historiadores voltados para essa modalidade de investigação. Concebendo a "etnografia do pensamento" como "um empreendimento histórico, sociológico, comparativo, interpretativo, algo como um corpo-a-corpo, cujo objetivo é tornar inteligíveis questões obscuras, oferecendo-lhes um contexto esclarecedor" (Geertz, 1983, p. 152), Geertz lança as bases para uma apreensão renovada da história intelectual das ciências humanas. De um lado, ao mostrar que os discursos produzidos pelos integrantes do universo acadêmico não são apenas pontos privilegiados de observação intelectual, mas antes de tudo "modos de estar no mundo" (p. 155).

De outro lado, ao chamar atenção para o fato de que as comunidades científicas, não sendo maiores que "boa parte das aldeias camponesas, são em geral tão fechadas quanto elas" (p. 157).

Valendo-se do enfoque cultural da antropologia, Geertz define as comunidades científicas como "aldeias intelectuais". As relações que unem seus integrantes são, a um só tempo, sociais, morais, políticas, pessoais e, em vários casos, conjugais. Seus membros não apenas "envelhecem juntos"(11) como tendem a aparecer sob a forma de personagens nas biografias de vários deles. Como comunidades de indivíduos múltiplemente relacionados, responsáveis pela atualização de padrões de carreiras particulares e pela produção de redes sociais específicas e mutuamente reforçadas, merecem um tratamento analítico circunstanciado, etnográfico - condição básica, segundo Geertz, para levar a diversidade a sério e para compreender a fragmentação do pensamento moderno de acordo com clivagens outras que as estritamente intelectuais.

Interessado em examinar os primórdios da transformação cultural ocorrida na Europa no final do século XIX, Schorske escolheu Viena como núcleo de análise por entender que essa cidade, ao sentir de maneira profunda

os abalos da desintegração social e política, revelou-se um dos terrenos mais férteis para a cultura a-histórica do nosso século. Seus grandes inovadores intelectuais - na música e filosofia, na economia e arquitetura e, evidentemente, na psicanálise - romperam, todos eles, e de modo mais ou menos deliberado, seus laços com a perspectiva histórica essencial para a cultura liberal novecentista em que foram gerados (Schorske, 1988, p.14).

A escolha desse objeto, analisado com maestria no livro *Viena fin-de siècle* (1988), resultou, segundo o autor "de uma mescla de experiências profissionais, intelectuais e políticas" (p. 14). Como professor, desde o final dos anos 40, de história intelectual da Europa Moderna, Schorske pretendia, inicialmente, entender as "grandes correlações estruturais entre a alta cultura e a transformação sócio-política" (p. 14). Na década seguinte, porém, deparou-se com o fato de que os estudos nas áreas de literatura, arte e filosofia "estavam se afastando da história como base de compreensão" (p. 15). No lugar de se aterem à linha diacrônica, propunham métodos sincrônicos, centrados na análise das características estruturais e estilísticas autônomas dos objetos culturais e intelectuais investigados. Ao mostrarem que não era mais possível "usar os artefatos da alta cultura como meros reflexos ilustrativos de desenvolvimentos políticos ou sociais, ou como elementos ideológicos" (p. 16), lançaram novos desafios aos historiadores das idéias.

Atento ao que se passava nessas áreas e sem perder de vista a importância dos contextos históricos particulares, Schorske voltou-se para a análise da alta cultura vienense no final do século XIX, munido da seguinte estratégia de investigação: "a certeza de que, para manter a vitalidade analítica do campo da história das idéias, teria de abordá-la como um segundo nível, examinando cada área desse campo segundo seus próprios termos" (1988, p. 18).

Ao abordar os diversos ramos da atividade cultural em Viena (literatura, psicanálise, artes plásticas, música, planejamento urbano, arquitetura), Schorske não se restringiu à análise interna dessas áreas, na medida em que o "terreno para a fertilização (desses) elementos culturais, e base de sua coesão, era uma experiência social comum" (1998, p. 18), partilhada pelos membros da elite cultural vienense. Excluída do poder político, mas sem chegar a se opor às elites dirigentes do período, ela se tornou a principal artífice da cultura moderna, como demonstra o historiador ao longo de seu livro.

Enquanto Schorske procura correlacionar os domínios da experiência social, cultural e política de uma elite particular, o sociólogo Norbert Elias encontra no rastreamento da sociogênese dos conceitos de civilização (formulado pela *intelligentsia* francesa de classe média) e de cultura (elaborado por sua congênere alemã) uma das chaves para a explanação do processo civilizador em curso no Ocidente a partir do século XVI. Mais que uma história das idéias

contidas nesses conceitos, Elias realiza nesse rastreamento uma sociologia de sua produção e de seus produtores. A análise dos segmentos intelectuais, responsáveis pela formulação mais sistemática desses conceitos, é feita, em seu livro *O processo civilizador* (1990), a partir do esquadramento de suas relações - de proximidade, aceitação, ou recusa - com os grupos de elite vinculados à sociedade de corte.

Se na Alemanha, a universidade constitui-se, no século XVIII, como o centro social mais importante na disseminação da cultura de sua classe média; na França, é a corte, com seu núcleo próprio de sociabilidade, que dá direção à vida mundana das elites e dos segmentos intelectuais burgueses que nela se incorporam.

A *intelligentsia* de classe média alemã, excluída da corte (onde se fala francês e decide-se a política) e de seu universo de sociabilidade, usa o livro como o meio de comunicação mais importante, pratica o alemão culto como língua escrita unificada, cria um estilo de vida frontalmente contrário ao das classes altas, sistematiza o conceito de cultura. Principal responsável pela constituição de um sistema de pensamento de origem acadêmica, essa *intelligentsia* trava "em território politicamente neutro" todas as batalhas que não podem ter lugar "no plano político e social porque as instituições e relações de poder existentes lhes nega instrumentos e mesmo alvos" (Elias, 1990, p. 55). Impotente na política, "mas intelectualmente radical, forja uma tradição própria puramente burguesa, divergindo radicalmente da tradição da aristocracia de corte e de seus modelos" (1990, p. 63).

Na França, ao contrário, a *intelligentsia* reformista, representada entre outros pelos fisiocratas, permanece por muito tempo no contexto da tradição da corte: fala a sua língua, lê os mesmos livros, observa as mesmas normas, pratica a conversa "brilhante" como "arte" francesa e como um dos meios mais importantes de comunicação. Os integrantes dessa *intelligentsia* formulam um sistema amplo de reformas sociais e políticas, que não se limitam a mudanças no plano econômico. No entanto, não criam modelos opostos aos da sociedade de corte, visto que esta é a sua base social.

Os conteúdos antagônicos dos conceitos de civilização e de cultura explicam-se, então, em função da situação distinta dos estratos intelectuais de classe média na França e na Alemanha. Suas posições diferenciadas no plano econômico, político, social e cultural encontram sua expressão mais acabada na formulação desses conceitos. Como mostra Elias, eles são "instrumentos dos círculos de classe média - acima de tudo da *intelligentsia* de classe média 28 dias - conflito social" (p. 64).

Comparativa e relacional, a análise de Elias constitui um dos modelos mais bem sucedidos da sociologia da vida intelectual. Outro exemplo nessa direção encontra-se no livro de Ringer, *The decline of the german mandarins* (1969). Voltado para o exame das opiniões e reações dos professores universitários alemães, entre 1890 e 1930, à acelerada transformação da Alemanha em uma nação altamente industrializada, o autor circunscreve a comunidade acadêmica alemã como um grupo social específico. (12) Para analisá-la nessa chave, articula as seguintes dimensões: a história dessa comunidade, sua formação educacional, experiência social e intelectual, atitudes, visão de mundo, ideologia, posição na estrutura social.

A apreensão da formação institucional e social dessa elite somada à recuperação de sua ideologia e tradição intelectual permitem um duplo feito: deslindar a história social da *intelligentsia* acadêmica alemã entre 1890 e 1930 e entender suas teorias políticas e sociais a partir de uma chave explicativa distinta da que é fornecida pela história das idéias. Embora o autor procure delinear os conteúdos substantivos dessas teorias; seu objetivo é mostrar que elas ganham outra inteligibilidade quando examinadas como expressão e, simultaneamente, como resultado da experiência social de uma comunidade acadêmica específica. Tal é o núcleo do argumento do trabalho de Ringer.

Wolf Lepenies, por sua vez, faz uma análise inovadora da formação da sociologia. Seu livro, *Between literature and science: the rise of sociology* (1988), embora possa ser lido como uma história comparada da implantação dessa disciplina na França, na Inglaterra e na Alemanha, não se esgota nessa direção. Ao examinar a constituição da sociologia a partir da análise dos conflitos estruturais que permearam a sua formação e produziram a sua autodefinição, o autor faz sociologia da sociologia, isto é, usa a sociologia como um instrumento de auto-análise para pensar o seu próprio processo de formação e para situar a sua posição no mundo social, cultural e intelectual europeu, da segunda metade do século passado às três primeiras décadas deste século.

Situada entre as ciências naturais e a literatura, a sociologia, no decorrer da segunda metade do século XIX,

constituiu-se como uma terceira cultura. Longe de ocupar uma posição estável e neutra, ela se viu prensada entre crescentes e poderosos rivais. Tanto a *intelligentsia* literária (integrada pelos "homens de letras", críticos e escritores) quanto os praticantes das disciplinas tradicionalmente estabelecidas no sistema universitário europeu, como a história e a filosofia, estabeleceram com a sociologia uma relação de competição permanente. Por essa razão, o problema posto por essa disciplina no contexto de sua formação pode, segundo Lepenies, ser resumido da seguinte maneira. Ainda que tentasse imitar as ciências naturais, a sociologia não podia tornar-se e muito menos fazer uma ciência natural da sociedade. Mas se abandonasse a orientação científica, corria o risco de aproximar-se demais da literatura considerada realista, perdendo assim a sua identidade disciplinar.

O dilema vivido pela sociologia só é compreensível, como mostra Lepenies, à luz da formação de uma nova matriz de produção intelectual. No decorrer do século XIX, os procedimentos científicos começaram a se diferenciar dos modos literários. Nesse processo, os valores estilísticos que podem ser descritos como literários foram, paulatinamente, excluídos dos cânones estabelecidos para o conhecimento científico aceitável.(13)

Ao circunscrever a questão do estilo como elemento simbólico central na definição da identidade de todos os grupos e disciplinas científicas envolvidos com a atividade intelectual, Lepenies constrói uma chave analítica a um só tempo sutil e poderosa. Por meio dela, toma-se possível examinar, em novas bases, as disputas, os riscos e os dilemas suscitados pela emergência da sociologia tanto para os grupos empenhados em sua implantação, como para aqueles que recusavam o seu projeto científico - todos eles envolvidos em um jogo de vida e morte pela afirmação de suas existências e, simultaneamente, pela negação da existência dos outros. Longe de manifestações conjunturais de aceitação ou de recusa, trata-se, como mostra o autor, de um embate estrutural entre grupos com projetos intelectuais distintos e muitas vezes antagônicos, enlaçados, no entanto, por intensas e competitivas relações.

Próximo dos trabalhos de Elias, Schorske, Lepenies e R.inger, em razão da perspectiva mais geral adotada na análise dos intelectuais, o livro de Liourdieu, *Homo academicus* (1984), é teoricamente mais ambicioso. Seu objetivo é revelar a estrutura do campo universitário francês, por meio da análise da posição ocupada por cada uma de suas faculdades e das relações estabelecidas entre elas. Organizado segundo duas ordens básicas e antagônicas de hierarquia, social e científica, esse campo apresenta-se como um lugar de enfrentamento de dois princípios concorrentes de legitimação: temporal e político, científico e intelectual.

Como mostra Bourdieu, o campo universitário tem uma lógica própria: em um de seus pólos, encontram-se as faculdades cientificamente dominantes, mas socialmente dominadas; no outro, as faculdades cientificamente dominadas, mas temporalmente dominantes. A oposição entre competência científica e competência social, que se manifesta explicitamente no conflito entre as faculdades situadas nas extremidades de cada um dos pólos mencionados acima, desdobra-se, ainda, no interior de cada uma delas. Apesar de receber conteúdos empíricos distintos, essa oposição constitui uma invariante dos campos de produção cultural. A antinomia entre ciência e respeitabilidade social (traduzida sob a forma de uma polarização entre pesquisadores e professores e expressa através de carreiras desviantes e arriscadas, de um lado, e carreiras socialmente seguras, mas pouco inovadoras, de outro) é homóloga à que se verifica no campo religioso, entre heresia e ortodoxia.

Por ser um produto do campo universitário francês (ou seja, um agente particular situado em um de seus pólos e sujeito aos imperativos, conscientes e inconscientes, de sua lógica e de sua estrutura) e, ao mesmo tempo, um pesquisador interessado em conhecê-lo cientificamente, Bourdieu leva o desafio da análise sociológica às últimas conseqüências, ao realizar uma reflexão extremamente aguda sobre a construção do objeto de seu livro. Longe de ser um apêndice da análise, essa reflexão aparece como condição primeira para que ela possa se realizar. Como mostra o sociólogo, para se "compreender objetivamente o mundo em que se vive é necessário compreender a lógica dessa compreensão" (Bourdieu, 1984, p. 31).

Diferentemente de Lévi-Strauss que, no arrolamento da série quase ilimitada de objetos da etnografia, inclui "toda sociedade diferente da nossa, todo grupo de nossa própria sociedade, desde que não seja o de que saímos, e todo costume desse mesmo grupo ao qual não aderimos" (Lévi-Strauss, 1974, p. 18), Bourdieu não apenas elege como objeto o grupo ou, para dizer nos seus termos, o campo do qual faz parte, como reivindica a importância epistemológica de tal empreitada. A seu ver,

uma ciência social armada do conhecimento científico de suas determinações sociais constitui a arma mais potente contra a ciência normal e contra a confiança positivista, que representa o obstáculo mais perigoso ao progresso da ciência (Bourdieu, 1984, p. 47).

Para que a ciência social possa se armar do conhecimento de suas determinações sociais é imprescindível situá-la no interior do campo intelectual e universitário que a conforma. Seguindo essa direção, Bourdieu pretende suplantar tanto a visão objetivista, na qual o sociólogo tende a sobrevoar o seu objeto como se fosse um observador absoluto, um espectador soberano e imparcial, quanto a visão perspectivista, que se contenta em registrar a diversidade das coisas sem estabelecer uma hierarquia entre elas, como se fossem incomensuráveis. Integrar essas duas visões, por meio de um trabalho que visa "objetivar a objetivação", tal é o desafio perseguido pelo autor ao longo do livro.

Apesar de investigarem objetos empíricos distintos e de construírem chaves explanatórias diversas, Geertz, Schorske, Elias, Lepenies, Bourdieu, Williams e Ringer perseguem um desafio analítico semelhante: estabelecer as mediações necessárias para circunscrever os intelectuais como uma categoria social específica, passível, como as demais categorias sociais, de uma análise sociológica. No lugar de explicarem as teorias, os debates e as disputas intelectuais apenas como resultado do diálogo conceitual que autores e obras travam, velada ou abertamente, uns com os outros, procuram mostrar que a sua compreensão só é plenamente assegurada a partir da recuperação do contexto social mais amplo que os conformam.

Se "o mundo existe para acabar em um livro", como queria Mallarmé, o mundo dos intelectuais, acadêmicos, críticos e escritores também não foge à regra. Contudo, nas análises desses autores, o mundo dos intelectuais não se esgota nos livros, nas teorias e nas polêmicas sustentadas por eles. É modelado também por condicionantes sociais e culturais mais amplos e marcado por constrangimentos de várias ordens: jogos de poder, lutas classificatórias, disputas quanto ao modo legítimo de produzir conhecimento, relações de gênero assimétricas, (14) polêmicas públicas que ressoam em dimensões inesperadas da vida pessoal dos intelectuais que as promovem, padrões distintos de carreira e de sociabilidade. Em suma, o mundo dos intelectuais, embora à primeira vista menos sujeito aos imperativos da ordem social, na medida em que faz do "livre pensar" sobre os mundos que o circundam a sua marca distintiva, possui, no entanto, espessura, estrutura e lógica particulares. Essas dimensões, como em outros universos sociais, tendem a situar-se fora da consciência dos agentes empíricos, no caso os intelectuais, envolvidos e modelados por elas. (15) Tal é, de forma bastante resumida, a perspectiva mais geral desenvolvida pelos autores filiados à postura externalista.

Aplicada ao caso brasileiro, essa perspectiva vem propiciando uma leitura renovada de nossa história intelectual. Esta, ao deixar de se resumir à análise das obras, abriu-se para a investigação da experiência social, cultural e política de seus círculos mais importantes. (16) Tal é também o partido teórico que utilizei para analisar o "grupo Clima", sua inserção no sistema cultural paulista ao longo dos decênios de 40, 50 e 60 e as trajetórias (dentro e fora da Universidade de São Paulo) de seus integrantes mais expressivos.

O "grupo Clima" no sistema cultural paulista

Destinos mistos aos olhos de hoje, situados na interseção do modernismo e das ciências sociais em sentido estrito, praticantes do melhor ensaísmo produzido entre nós, Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado e Paulo Emílio Saltes Gomes são autores de algumas das análises mais argutas da cultura brasileira. (17) Além disso, são uma das vertentes mais bem sucedidas do sistema acadêmico que se implantou em São Paulo por intermédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Como tais, merecem um tratamento contextualizado que, sem perder de vista o alcance analítico das obras que individualmente produziram, seja capaz de resgatar o espaço social e cultural mais amplo que conformou a experiência de todos: as origens semelhantes; o grupo de juventude a que pertenceram antes de se tornarem intelectuais consagrados; a Faculdade na qual se inseriram, primeiro como estudantes, posteriormente como professores; a revista com que se projetaram; os contenciosos em que se envolveram; as influências recebidas; as alianças celebradas; os desafios perseguidos; os constrangimentos institucionais enfrentados; os projetos intelectuais que implementaram.

A perspectiva adotada, a estratégia narrativa utilizada e a apreensão num registro quase etnográfico da experiência desse círculo de amigos, permitem um entendimento mais qualificado do padrão de funcionamento intelectual do período. A singularidade do "grupo Clima" e a posição privilegiada que seus integrantes ocuparam no sistema cultural paulista são o resultado de um tríptico feito: a recuperação de elementos centrais da atividade

intelectual do passado, o ensaísmo e a crítica; sua atualização em moldes analíticos e metodológicos propriamente acadêmicos; o prenúncio do que iria acontecer a seguir. Como críticos divergiram dos modernistas - escritores e artistas em sua maioria - mas partilharam com eles o gosto pela literatura e pela inovação no plano estético e cultural. Como universitários contribuíram para a sedimentação intelectual da tradição modernista. Como críticos e universitários diferenciaram-se dos cientistas sociais em sentido estrito, não só pela escolha temática, mas sobretudo pela forma de tratamento aplicada aos assuntos selecionados. No lugar do estudo monográfico especializado, o ensaio, as visadas amplas, a localização do objeto cultural num sistema abrangente de ligações e correlações.

Essa forma de expressão da atividade intelectual sinaliza o tipo de segmentação e de profissionalização que estava germinando no sistema cultural da época. Comparados às gerações anteriores, Antonio Candido e seus amigos eram nitidamente diferentes. Diversamente de Sérgio Milliet (1898-1964), Luis Martins (1907-1981), Mário de Andrade (1893-1945) e Alvaro Lins (1912-1970), por exemplo, que escreviam, cada um a sua maneira, sobre múltiplos domínios da atividade cultural, os membros do "grupo Clima" se especializaram, desde cedo, em áreas específicas. Tal especialização, longe de ser apenas uma invenção de jovens universitários em vias de ingressar na vida adulta e profissional, correspondia a uma demanda difusa do sistema cultural da época. Nesse contexto, eles foram as pessoas certas para ocuparem lugares com resultados ainda incertos.

No início dos anos 40, a Faculdade de Filosofia, embora recente, emitia os primeiros sinais de que viera para ficar. Produtos desse sistema acadêmico em formação, ligados por suas origens familiares à forma até então dominante de atividade intelectual, os integrantes do "grupo Clima" fizeram a mediação entre o passado e as demandas do presente. Daí a centralidade e o impacto que tiveram na cena cultural. Ali mostraram, com seus escritos e projetos de intervenção, a transformação capital que estava se processando em nossos hábitos intelectuais: a indissociabilidade entre teoria, método e pesquisa, aprendida com os professores estrangeiros na universidade paulista.

Diversamente do "polígrafo esvoaçante", como se autodenominava Luis Martins; do poeta-escritor, doublê de historiador e crítico de arte, Sérgio Milliet; do crítico militante em turno completo, Alvaro Lins; do escritor, intelectual autodidata e "turista aprendiz", chamado a emitir opinião sobre tudo e todos, Mário de Andrade; os integrantes do "grupo Clima" eram críticos "puros", munidos de conhecimentos sistemáticos, hipóteses bem fundamentadas, ferramentas conceituais sólidas. Tais foram as marcas introduzidas pelo grupo. Por meio delas conquistaram posições importantes no sistema cultural da época (atestadas, por exemplo, pela organização e direção do "Suplemento Literário" do jornal *O Estado de S. Paulo*), obtiveram reconhecimento e prestígio intelectual, sedimentaram a crítica num patamar analítico distinto das gerações anteriores.

Diferentemente das gerações seguintes que, como eles, também se formaram e se profissionalizaram na Faculdade de Filosofia, não restringiram a sua atuação ao âmbito da universidade, menos por escolhas individuais e mais em função dos espaços de intervenção cultural que se abriram fora dela. Produtos e produtores da segmentação que viria a ocorrer em todos os campos da atividade intelectual, entre eles o jornalismo cultural, concentraram-se a partir de meados dos anos 60 na Universidade de São Paulo. Base social e intelectual de todos eles, essa instituição consolidou-se como o lugar da produção segmentada, autoral, especializada, regida por critérios de avaliação e de execução propriamente científicos. Nela, firmaram-se como expressões maiores da intelectualidade brasileira e enfrentaram desafios novos, suscitados pelo alcance de suas obras e por um contexto institucional distinto daquele que viveram, ao longo dos decênios de 40 e 50, como integrantes do "grupo Clima".

NOTAS

(*) - Este artigo - originalmente apresentado no Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro, no XX Encontro da ANPOCS, em outubro de 1996 - é uma versão condensada da introdução e conclusão da minha tese de doutorado, *Destinos Mistos: o Grupo Clima no Sistema Cultural Paulista, 1940-1968*, defendida na FFLCH da USP. Quero agradecer tanto aos integrantes do referido GT, especialmente a Lúcia Lippi pelos comentários apresentados, como aos membros da banca que examinou a minha tese: Ricardo Benzaquen de Araújo, Hiariza Corrêa, Fernando Novais, Davi Arngucci Jr. e Maria Arminda do Nascimento Arruda, minha orientadora. Agradeço também a Guita Debert que me sugeriu o título do artigo e a Sérgio Miceli pela leitura crítica.

1. A frase é de autoria de Leonard Woolf, um dos membros do "Bloomsbury group". Composto por Virgínia Woolf, Maynard Keynes, Morgan Forster, Roger Fry, entre outros, esse grupo se notabilizou pela importância dos trabalhos que vários de seus integrantes produziram nas áreas de literatura, economia, política, psicanálise e artes. A esse respeito, cf. Williams (1982).

2. Segundo Williams, "The point is not that this social conscience is unreal; it is very real indeed. But it is the precise formulation of a particular social position, in which a fraction of an upper class, breaking from its dominant majority, relates to a lower class as a *matter of conscience*: not in solidarity, not in affiliation, but as an extension of what are still felt as personal or small-group obligations, at once against the cruelty and stupidity of the system and towards its otherwise relatively helpless victims" (1982, p. 155).
3. Para uma discussão da contribuição de Maügué na formação da cultura filosófica uspiana ver Arantes (1994). Consultar também Massi (1991) para uma análise aprofundada da missão francesa atuante na Universidade de São Paulo.
4. Cf. Antonio Candido, "Alfredo (Mesquita) e nós", *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1980, p. 4.
5. Cf. Décio de Almeida Prado, "50 anos depois", *O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 1989, p. 11. Discurso lido na sessão de homenagem prestada pela FFLCH, em 27 de abril de 1989, à 31 turma (1938) da antiga Faculdade de Filosofia, por ocasião da comemoração dos 50 anos de sua formatura.
6. O resultado desse trabalho encontra-se em minha tese de doutorado (Pontes, 1996) que será publicada pela Companhia das Letras, no início de 1998.
7. A esse respeito, ver Chartier (1982).
8. Nos Estados Unidos, por exemplo, a história das idéias, como uma disciplina que tem objetivos, programas e procedimentos de pesquisa próprios, encontrou no *Journal of the History of Ideas*, fundado em 1940 por A. O. Lovejoy, um fórum importante de debates e de institucionalização. Atualmente, essa área vem se ampliando em função dos trabalhos de historiadores como Robert Damton, Natalie G. Davis, Carl Schorske, entre outros, nitidamente marcados pelo diálogo com a historiografia francesa e pela incorporação das análises da antropologia norte-americana sobre os fenômenos culturais. Na França, a história intelectual aparecia até os anos 20 sob a forma de história da filosofia, da literatura, das artes etc. A partir da consolidação da tradição sociológica e da produção da "École des Annales", a história intelectual francesa sofreu profundas e decisivas reformulações (cf. Chartier, 1982).
9. Para uma discussão mais circunstanciada sobre a atualização dessas posturas na história da ciência e na etnografia desse campo disciplinar, ver Cardoso de Oliveira (1988).
10. A análise de Weber (1984) sobre a sociologia da religião, ao estabelecer a noção de campo, é normalmente tomada como a matriz dessa tradição. No lugar de se perguntar pela essência da religião, Weber define as condições e os efeitos de um tipo de ação comunitária sedimentada sobre a racionalização da ética religiosa. Para tanto, analisa os agentes sociais envolvidos por essa ética: os profetas (detentores de um carisma pessoal), os sacerdotes (cuja autocracia ancora-se no fato de serem membros de uma organização institucionalizada da salvação) e os leigos.
11. Expressão de Alfred Schutz, citada por Geertz (1983, p. 15C).
12. O tipo ideal expresso pelo mandarim serve de ponto de partida para o trabalho de Ringer. Sua matriz encontra-se na análise de Weber sobre a tradicional elite letrada da China. Transposto para o caso alemão, o mandarinato versa sobre um segmento de sua elite cultural e social, cuja história, como mostra Ringer, confunde-se com a da burocracia alemã. Seus representantes mais expressivos, os cientistas sociais e os humanistas acadêmicos, ao mesmo tempo em que repudiam a sociedade industrial e a cultura de massas, rejeitam o conhecimento voltado para uma aplicação prática (Ringer, 1909, p. 10). Perseguem o ideal do conhecimento puro, a elevação espiritual e o aprimoramento moral do indivíduo como um todo, apontados por Elias (1990) na análise do conceito de cultura.
13. Até século XVIII, as fronteiras entre a ciência e a literatura não se encontravam nitidamente demarcadas. Elas podiam se misturar sem que isso implicasse o descrédito para aqueles que as cruzavam. O naturalista Buffon, por praticar esse trânsito com desenvoltura, é um caso exemplar. Reconhecido e altamente valorizado pela sociedade de sua época, ao ser eleito para a Academia Francesa, em 1753, falou sobre o estilo e não sobre as suas descobertas científicas. O exemplo de Buffon, segundo Lepenies, permite entender a especificidade de uma tradição intelectual que não separava ainda os procedimentos científicos dos literários e, simultaneamente, identificar o ponto sutil de uma transição. Na carreira de Buffon inscreve-se esse duplo cruzamento. Ele é "o último *scholar* cuja reputação foi fundada no talento de sua apresentação, e o primeiro a perdê-la porque devotou-se muito à autoria e pouco à pesquisa" (Lepenies, 1988, p. 3).
14. Para uma análise fina sobre a vivência das relações de gênero no interior de um círculo importante de intelectuais, ver Gluck (1985).
15. A sociologia do mundo intelectual, empreendida nessa direção, contribuiu "à la connaissance du sujet de connaissance en introduisant, plus directement que toutes les analyses réflexives, aux catégories de pensée impensées qui délimitent le pensable et prédéterminent le pensé" (Bourdieu, 1982, p. 7).
16. Ver, por exemplo, Miceli (1979, 1989 e 1995).
17. A esse respeito, ver, por exemplo, Candido (1959), Gomes (1972), Prado (1977), Mello e Souza (1987) e Machado (1991).

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Paulo. (1994), *Um departamento francês de ultramar. estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BOURDIEU, Pierre. (1982), *Leçon inaugurale*. Paris, Collège de France.
- _____. (1984), *Homo academicus*. Paris, Minuit.
- CANDIDO, Antonio. (1959), *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo, Martins.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1988), "A vocação meta-disciplinar da etnografia da ciências" in *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- CHARTIER, Roger. (1982), "Intellectual history or sociocultural history? The french trajectories" in La Capra e Kaplan (orgs.), *Modern european intellectual history*, Ithaca & Londres, Cornell University Press.
- DARNTON, Robert. (1990), *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras.
- ELIAS, Norbert. (1990), *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar.
- GEERTZ, Clifford. (1983), "The way we think now: toward an ethnography of modern thought" in *Local knowledge. Further essays in interpretative anthropology*. New York, Basic Books.
- GINZBURG, Carlo (1989), "De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método". *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo, Companhia das Letras.
- GLUCK, Mary. (1985), *Georg Lukács and his generation, 1900-1918*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- GOMES, Paulo Emílio Saltes. (1972), *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo, Perspectiva/EDUSP.
- LEPENIES, Wolf. (1988), *Between literature and science: the rise of Sociology*. Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme; Cambridge, Cambridge University Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1964), *Mythologiques. Le cru et le cuit*. Paris, Plon. (1974) "Introdução à obra de Marcel Mauss", in M. Mauss, *Sociologia e antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP, vol. I.
- MACHADO, Lourival Gomes. (1991), *O Barroco mineiro*. Apresentação de Rodrigo M. F. de Andrade e Francisco Iglésias. 4a. ed., São Paulo, Perspectiva.
- MASSI, Fernanda Peixoto. (1991), *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Tese de mestrado. Dep. de Antropologia, UNICAMP, mimeo.
- MELLO E SOUZA, Gilda. (1984), "Depoimento". *Língua e Literatura*, 10-3.
- _____. (1987), *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MICELI, Sérgio. (1979), *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- _____. (org.). (1989), *História das Ciências Sociais no Brasil*, 1. São Paulo, Vértice/IDESP.
- _____. (org.). (1995), *História das Ciências Sociais no Brasil*, 2. São Paulo, Sumaré/FAPESP.
- PONTES, Heloísa. (1996), *Destinos mistos o grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)*. Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, mimeo.
- PRADO, Décio de Almeida. (1972), *João Caetano: o ator, o empresário e o repertório*. São Paulo, Perspectiva/EDUSP.
- RINGER, Fritz. (1969), *The decline of the german mandarins: the german academic community, 1890-1930*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- SCHORSKE, Carl. (1988), *Viena fin-de siècle. Política e cultura*. Tradução de Denise Iio tmann. São Paulo, Companhia das Letras.
- WEBER, Max. (1984), "Sociologia de la comunidad religiosa (Sociologia de la religión)". *Economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura

Económica.

WILLIAMS, Raymond. (1982), "The Bloomsbury fraction". *Problems in materialism and culture*. Londres, Verso Editions.